



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

OFICIAL DE JUSTIÇA - ÁREA JUDICIÁRIA - ESPECIALIDADE - DIREITO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos, em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- (A) audição está para som como paladar está para língua;
- (B) livro está para capa como travesseiro está para fronha;
- (C) álcool está para alcoolismo como droga está para traficante;
- (D) tecido está para desbotar como papel está para rasgar;
- (E) mestre está para discípulo como professor está para escola.

2

Observe a seguinte explicação, retirada de uma gramática de língua portuguesa: “O adjetivo é uma das classes de palavras, caracterizada por ser variável em gênero e número, determinante de um substantivo ou pronome substantivo, expressando estado, característica, qualidade ou relação”.

Sobre esse pequeno texto explicativo, é correto afirmar que o texto:

- (A) se estrutura a partir de uma pergunta explícita, seguida de uma resposta que lhe dá explicação;
- (B) comporta definições, destacadas por palavras que as apresentam;
- (C) mostra muitos conectores lógicos, que introduzem explicações;
- (D) mostra termos especializados não explicados em função de dirigir-se a leitores com certos conhecimentos;
- (E) mostra comparações e esquemas que permitem visualizar a explicação de forma mais clara.

3

“O gerente da empresa comentou que, com a futura chegada dos bombeiros, o incêndio seria controlado e a produção poderia ser entregue dentro do prazo.”

A argumentação do gerente mostra um problema, que é:

- (A) a fuga do assunto, já que o foco deveria ser o incêndio;
- (B) uma generalização excessiva já que nem todos os incêndios conseguem ser apagados a tempo;
- (C) um argumento autoritário, já que ele sozinho decide o que fazer com a produção;
- (D) a apresentação de uma possibilidade como certeza;
- (E) o estabelecimento de uma relação equivocada entre causa e efeito.

4

Todas as frases abaixo foram iniciadas com o vocábulo “Segundo”, com noção de conformidade; se eliminarmos das frases esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, a única forma adequada é:

- (A) Segundo a Fifa, o jogador do Grêmio deve ser suspenso por três anos / A Fifa manda que o jogador do Grêmio seja suspenso por três anos;
- (B) Segundo o regulamento do prédio, o morador que deixou lixo no corredor deve ser multado / O regulamento do prédio comenta que o morador que deixou lixo no corredor devesse ser multado;
- (C) Segundo o Denatran, ninguém pode dirigir sem carteira de habilitação / O Denatran instrui como obter-se a carteira de habilitação, que é obrigatória;
- (D) Segundo o edital do concurso, a prova tem a duração de quatro horas / O edital do concurso ordena que a prova tenha a duração de quatro horas;
- (E) Segundo o Serviço de Meteorologia, as chuvas não vão cair neste final de semana / O Serviço de Meteorologia preceitua que as chuvas não vão cair nesse final de semana.

5

Um escritor espanhol, conhecido por sua preocupação com o idioma, produziu a seguinte frase: “Estudar latim é como colocar as palavras para fazer ginástica”.

Isso significa que:

- (A) o estudo de latim é hoje uma tarefa inútil, pois os estudos históricos perderam valor;
- (B) o conhecimento do latim melhora a qualidade redacional de nossos textos;
- (C) estudar a língua latina faz com que se acrescentem muitos novos vocábulos aos dicionários;
- (D) o aprendizado da língua latina é indispensável para o conhecimento de nosso próprio idioma;
- (E) estudar latim faz com que aprofundemos o conhecimento das palavras.

6

A opção abaixo em que a forma verbal destacada mostra fatos anteriores em relação aos outros é:

- (A) Quando a guerra da Ucrânia terminar, muitos vão voltar ao país;
- (B) Ela já terminara os exercícios quando os pais chegaram para levá-la;
- (C) O diretor entrou em sala quando a maioria já saíra;
- (D) O professor estava no quadro quando o aluno entrou;
- (E) Todos vão saber o resultado amanhã à tarde.

7

Entre as opções abaixo há um termo destacado cujo referente se encontra após a sua enunciação, exemplificando o que se chama de “catáfora”; a opção em que isso ocorre, é:

- (A) Todos aqueles que os citam são admiradores dos ministros;
- (B) O quadro, ele foi adquirido ontem;
- (C) Choveu muito e isso não surpreende mais;
- (D) Não vi o buraco onde caíram os óculos;
- (E) A semana em que ele chegou foi no início do mês.

8

No romance *Dom Casmurro*, o narrador faz uma descrição de um personagem do seguinte modo:

“Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cobiçava-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodapé e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda (...). Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos”.

A descrição desse personagem tem base:

- (A) predominantemente física, com traços psicológicos;
- (B) predominantemente psicológica, com traços físicos;
- (C) sociológica, explorando sua atividade profissional;
- (D) física, psicológica e sociológica;
- (E) predominantemente sociológica, com traços físicos.

9

Um livro intitulado *A Língua Portuguesa e o Modernismo* traz algumas modificações ocorridas na norma culta de nossa língua na época moderna; a opção abaixo que mostra uma dessas modificações seguida de um exemplo que a comprove, de forma adequada, é:

- (A) uso do pronome “ele/ela” como objeto direto, em lugar de “o/a”: “Nós vimos que ele não chegaria a tempo”;
- (B) uso do pronome “mim” em lugar de “eu”: “Para mim, trabalhar lá deve ser um sacrifício”;
- (C) emprego de pronome oblíquo solto entre dois verbos: “Ele foi se pentear no espelho do banheiro”;
- (D) utilização do verbo “ter” em lugar de “haver”: “Ele não tinha mais o que fazer no trabalho”;
- (E) uso da forma “lhe” em lugar de “o/a”: “Eu lhe entreguei os livros prometidos”.

10

“Aconteceu aos verdadeiros sábios o que se verifica com as espigas de milho, que se ergueram orgulhosamente enquanto vazias e, quando se enchem e amadurece o grão, se inclinam e se dobram humildemente. Assim esses homens, depois de tudo terem experimentado, sondado e nada haverem encontrado nesse amontoado considerável de coisas tão diversas, renunciaram à sua presunção e reconheceram a sua insignificância.”

Sobre a base argumentativa desse pensamento de Montaigne, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que os verdadeiros sábios se inspiram nas espigas de milho;
- (B) o argumento básico do texto é de base comparativa, citando o exemplo das espigas de milho;
- (C) a argumentação apresentada é a experiência pessoal do autor, filósofo e escritor;
- (D) o público-alvo do texto são os verdadeiros sábios, que não interrompem a trajetória do aprendizado;
- (E) a lição do texto é a de que a humildade, também na natureza, só não é seguida pelos verdadeiros sábios, por já possuírem o conhecimento.

11

“Por que você escreve? A essa pergunta Balzac respondeu: para ser rico e célebre. Outros responderão certamente: porque é um ato necessário a meu equilíbrio psíquico, eu escreveria mesmo que eu não fosse publicado. Essas são as duas respostas extremas. Eu direi quanto a mim: para ser lido. Eu me considero como um artesão em sua oficina, aperfeiçoando esse objeto manufaturado destinado a ser vendido, um livro. Um livro é uma criação, que comporta um primeiro e um segundo grau. No primeiro, eu invento uma história e personagens. No segundo, o leitor se apoia no que inventei e persegue minha criação para torná-la sua. E como toda criação traz alegria, há para mim uma dupla felicidade: a de criar e a de suscitar uma criação entre meus leitores. Eu acendo um fogo que me dá calor e luz, mas eu o expando e observo milhões de pequenas luzes tremulando sobre toda a terra, feitas nos espíritos e corações por minhas obras” (Michel Tournier, *Libération*, 1985).

Sobre a significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) segundo o texto, no fundo, todos escrevem pelo mesmo motivo: tornarem-se ricos e célebres;
- (B) em resumo, os escritores pretendem trazer felicidade aos homens, mesmo que não sejam publicados;
- (C) o autor do texto responde à pergunta inicial, apoiado em sua experiência pessoal, destacando o poder da criação;
- (D) escrever é uma experiência que requer dedicação e trabalho a fim de que o livro possa ser amplamente consumido;
- (E) os autores criam histórias e personagens para que os leitores se sintam motivados a criarem os seus.

12

Entre os segmentos abaixo, aquele que se mostra bastante objetivo, sem pormenores inúteis, repetições desnecessárias ou redundâncias, é:

- (A) Cada candidato, individualmente, terá acesso às informações do concurso por meio de uma senha particular;
- (B) O governo deve devolver ao povo o valor do empréstimo temporário cobrado no preço dos alimentos;
- (C) Ocorreu uma verdadeira balbúrdia no momento em que Trump entrou no tribunal;
- (D) Na volta da guerra, os militares receberam amor e afeto de seus familiares, que os aguardavam ansiosos;
- (E) Os atletas ficaram desestimulados ao se depararem com a grande quantidade de obstáculos na pista.

13

Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- (A) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmo irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora;
- (B) Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes que não possuem e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras;
- (C) A única coisa que vem sem esforço é a idade / inevitável;
- (D) Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam / desestimuladas;
- (E) Não se pode confiar em quem não confia em ninguém / nos confiantes.

14

A opção abaixo em que está presente uma forma interrogativa indireta é:

- (A) A classe política declarou-se satisfeita após a publicação do calendário eleitoral;
- (B) Os sindicatos e os representantes patronais retomaram seus afazeres;
- (C) As empresas de computação ainda não sabem quando vão instalar os novos computadores;
- (D) Por que todos os adolescentes parecem inventar o mundo de novo?
- (E) Todos sabem quanto custa esse automóvel.

15

A frase abaixo que mostra ambiguidade em função de NÃO se poder distinguir agente e paciente, é:

- (A) O chefe encontrou o funcionário em seu gabinete;
- (B) A criação da instituição demorou mais do que se esperava;
- (C) João e Maria se casaram ontem;
- (D) Encontrei o assaltante andando pela rua;
- (E) Chamar os bombeiros já ficou na moda.

16

Os segmentos destacados em cada uma das frases foram substituídos por um só vocábulo de mesmo sentido, com a ajuda de um afixo (prefixo e sufixo); a única frase em que esse procedimento foi feito de forma adequada, é:

- (A) O paciente mostrava uma inflamação conjunta dos órgãos do sistema urinário / uma conjuntivite;
- (B) A câmara descoberta há pouco tempo na pirâmide do Egito foi uma enorme surpresa arqueológica / pré-descoberta;
- (C) Analisar-se a si mesmo continuamente é um bom caminho para a paz interior / autoanalisar-se;
- (D) O Rio de Janeiro está sendo visitado de novo / retrovisitado;
- (E) Tudo estava explicado de forma geográfica / geoidemente.

17

Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

- (A) Meu pai sempre trabalhou como um escravo / com baixos salários;
- (B) O carro passou pela avenida como um foguete / soltando fogo pelo cano traseiro;
- (C) O menino declarou que a avó parecia uma bruxa / andava com uma vassoura;
- (D) Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo;
- (E) A sala de jantar dos meus avós era tal qual um museu / cheia de coisas velhas e malcuidadas.

18

Uma das estratégias de diminuir o ser humano é usar para ele vocábulos empregados somente ou também para coisas (reificação); a frase abaixo em que foi empregado esse processo, é:

- (A) Apesar de craque, em alguns jogos Pelé parecia desligado;
- (B) Nem toda pessoa domina os nervos;
- (C) Os professores não perdem a paciência facilmente;
- (D) Havia grande quantidade de pessoas na festa;
- (E) Os artistas prometeram fazer um bom show.

19

Um dos problemas continuamente apontados em textos escritos é o da repetição de termos idênticos; em todas as frases abaixo, esse problema foi combatido por meio de substituições.

A opção em que a substituição foi realizada por meio de um processo diferente dos demais, é:

- (A) O coronel tinha muito orgulho da farda, como ocorre com a grande maioria dos militares;
- (B) Essa noite relampejou e trovejou muito, e os pobres cachorros, com medo desses fenômenos, latiram desesperadamente;
- (C) Subir e descer escadas, caminhar uma hora por dia foram exercícios recomendados pelo médico do idoso;
- (D) Os alunos pretendiam homenagear a professora, mas nem todos os alunos concordaram com a homenagem;
- (E) Era muito simpático, característica que todos admiravam nele.

20

Observe a tradução de um fragmento textual francês:

“Na origem, a casa tinha sido acoplada a um computador, como tantas outras, a um computador previsual encarregado de a fazer evoluir em função dos cálculos de probabilidade de que se alimentava a máquina. A eventualidade de um inverno frio fazia com que surgisse um engrossamento progressivo das paredes, num isolamento reforçado. Uma dupla camada de telhas crescia lentamente sobre o teto, uma lareira suplementar emergia do solo como um legume perfurando a terra de um jardim.”

Trata-se, no caso, de uma narrativa de ficção científica; a característica desse gênero narrativo que se aplica a esse segmento textual, é:

- (A) localização em um tempo futuro, que é visto como passado, a ponto de ser narrado;
- (B) narrativa que envolve um mundo cujos elementos são completamente desconhecidos do leitor atual;
- (C) apresentação de uma visão pessimista do mundo futuro, governado por máquinas incontroláveis;
- (D) sugestão de uma tecnologia avançada, não criada pelos humanos, mas por seres superdotados;
- (E) narrativa em que o próprio narrador mostra desconhecimento da realidade narrada.

Legislação Específica

21

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) iniciou discussões internas visando a instituir comissão de concurso para o provimento de cargos de juiz de Direito. Ao tomarem conhecimento da existência dessas discussões iniciais, grupos de direitos humanos encaminharam mensagens ao Tribunal solicitando que fosse informado se seriam adotadas medidas para que fosse assegurada a diversidade entre os integrantes da comissão.

Com base no Regimento Interno do TJRN, foi corretamente informado aos referidos grupos que a comissão:

- (A) observaria a paridade de gênero;
- (B) observaria a diversidade de gênero e a diversidade racial;
- (C) teria ao menos 30% dos seus integrantes do sexo feminino;
- (D) observaria a paridade racial, considerando negros e brancos;
- (E) seria composta a partir de sorteio, do qual pessoas dos distintos segmentos da sociedade poderiam participar.

22

Em determinada relação processual, na qual foram exauridos os recursos passíveis de serem interpostos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), foi interposto recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno do TJRN, é correto afirmar, em relação ao juízo de admissibilidade do referido recurso, que:

- (A) a sua realização é de competência do Conselho da Magistratura do TJRN, sendo vedada a delegação;
- (B) a sua realização é de competência do vice-presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (C) não pode ser realizada no âmbito do TJRN, para que não seja usurpada a competência do STF;
- (D) a sua realização é de competência do presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (E) a sua realização é de competência do Pleno do TJRN, sendo vedada a delegação.

23

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa visando à criação do cargo de provimento efetivo XX, definindo o valor da respectiva remuneração e fixando suas atribuições. No âmbito da Assembleia Legislativa, três deputados estaduais apresentaram emendas ao projeto, visando a:

- (1) criar um segundo cargo, o YY, definindo as atribuições e fixando a respectiva remuneração;
- (2) aumentar o valor da remuneração proposta para o cargo XX; e
- (3) reduzir as atribuições do cargo XX.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar, em relação às três emendas, que:

- (A) somente (2) e (3) são constitucionais;
- (B) somente (1) e (2) são constitucionais;
- (C) somente (2) é constitucional;
- (D) somente (3) é constitucional;
- (E) (1), (2) e (3) são inconstitucionais.

24

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, consultou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dessa estrutura de Poder, a respeito da possibilidade, ou não, de passar para o padrão imediatamente superior na classe em que estava inserido. Ao final de suas pesquisas, João concluiu, corretamente, que a referida passagem:

- (A) pode ocorrer por meio da promoção funcional;
- (B) pode ocorrer por meio da ascensão funcional;
- (C) pode ocorrer por meio da progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por meio da transposição de cargos;
- (E) não pode ocorrer, sob pena de burla à exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público.

25

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, por seu órgão competente, recebeu solicitação para que fosse criada uma nova unidade judiciária em Comarca de entrância intermediária.

De acordo com a sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 643/2018, devem ser considerados critérios de natureza:

- (A) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (B) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que o acervo existente na unidade a ser desmembrada seja igual ou superior ao dobro do acervo existente em todas as unidades judiciárias de igual competência da macrorregião;
- (C) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último quinquênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (D) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial;
- (E) demográfica, temporal e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último biênio seja igual ou superior ao dobro da mediana de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial.

26

Inês, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), foi questionada por uma colega em relação aos critérios a serem observados para o recebimento da denominada Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Inês respondeu, corretamente, que a referida Gratificação:

- (A) está sujeita à incidência de contribuição previdenciária;
- (B) somente pode ser cumulada com o valor correspondente à ocupação de um cargo em comissão;
- (C) somente pode ser cumulada com o valor correspondente ao exercício de uma função comissionada;
- (D) corresponde a 20% do vencimento básico do servidor que faça jus, considerando sua posição na carreira;
- (E) é devida a todos os servidores que realizem atividades, em caráter temporário ou permanente, fora das dependências do TJRN.

27

Determinada Comarca do Rio Grande do Norte contava com mais de uma unidade dos Juizados Especiais Criminais. Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário, foi lotada em uma dessas unidades. Ato contínuo, realizou pesquisa a respeito do órgão competente para promover a execução nos processos em que fosse aplicada pena alternativa, tendo concluído corretamente que essa atividade, à luz da Lei Complementar Estadual nº 643/2018, seria desenvolvida:

- (A) por cada unidade, nos processos a ela vinculados;
- (B) pela unidade definida pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (C) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na classe;
- (D) pela unidade designada pelo presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na carreira.

28

Ana, estudante de direito, questionou o seu professor sobre quais seriam os legitimados à apresentação de proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

O professor respondeu, corretamente, que têm legitimidade:

- (A) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e o governador do Estado;
- (B) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 3%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em 3/5 dos Municípios do Estado;
- (C) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 5%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em metade dos Municípios do Estado;
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- (E) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

29

Maria encaminhou representação ao corregedor-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, descrevendo a existência de irregularidades no âmbito de determinada unidade judiciária do interior do Estado.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para se verificar a veracidade, ou não, do fato descrito por Maria, deve ser realizada uma:

- (A) correição extraordinária;
- (B) correição ordinária;
- (C) justificação;
- (D) inspeção;
- (E) auditoria.

30

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi designada para substituir Joana, ocupante de cargo de provimento em comissão, que se encontrava afastada das suas funções.

Nesse caso, consoante a sistemática estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 715/2022, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, fazendo jus a um acréscimo de 50% em sua remuneração regular, pago de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a trinta dias;
- (B) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, também fazendo jus à retribuição deste último, paga de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a dez dias;
- (C) deverá ser afastada do seu cargo efetivo, considerando a expressa vedação de cumulação de cargos no âmbito do Poder Judiciário, o que não impediria Maria de cumular uma função de confiança;
- (D) poderia cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, no caso de vacância deste último, também fazendo jus à retribuição correlata, paga de modo proporcional;
- (E) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, mas deve optar pela remuneração de um deles, com os benefícios correlatos.

31

Após uma análise quantitativa dos cargos que integram o Quadro dos Cargos Públicos de Provimento Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, bem como a aferição qualitativa das funções desempenhadas e dos objetivos de boa governança almejados, concluiu-se pela necessidade de realocar alguns cargos vagos por área e especialidade.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 715/2022, a competência para realizar a referida realocação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, é do:

- (A) Órgão Plenário;
- (B) Conselho de Eficiência;
- (C) Presidente do Tribunal;
- (D) Conselho da Magistratura;
- (E) Corregedor-Geral de Justiça.

32

Ana, estudante de direito, realizou alentada pesquisa a respeito da correlação existente entre os conceitos de Comarca, termo e Município à luz da divisão e organização judiciárias do Estado do Rio Grande do Norte.

Ao fim de suas pesquisas, Ana concluiu, corretamente, que:

- (A) a Comarca pode abranger um ou mais termos, sendo que o Município sede da Comarca constitui um termo;
- (B) a Comarca é uma circunscrição territorial que absorve uma ou mais unidades judiciárias, configurando cada qual um termo;
- (C) a Comarca se identifica com o território do Município, formando um termo, sendo possível falar em pluralidade de termos apenas nas Comarcas integradas;
- (D) o termo se identifica com o conceito funcional de Comarca, sobreposição somente afastada em se tratando de Comarcas integradas, cujo território é formado por uma pluralidade de Municípios;
- (E) o termo, que se identifica com o conceito territorial de Comarca, abrange o território de sua sede e das Comarcas integradas, constituídas por uma pluralidade de Municípios.

33

A Secretaria do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte constatou que diversos desembargadores tinham pedido a fruição de férias para o mesmo período.

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno, é correto afirmar que:

- (A) é vedado que isto ocorra, não sendo possível que haja mais de um desembargador em gozo de férias no mesmo período;
- (B) é vedado que mais de cinco desembargadores fruam férias no mesmo período, prevalecendo, nesse caso, a ordem do pedido;
- (C) é vedado que mais de três desembargadores fruam férias no mesmo período, prevalecendo, nesse caso, a ordem de antiguidade de cada qual;
- (D) não há óbice a que isto ocorra, desde que não esteja pautado, para o respectivo período, o julgamento de ações de controle de constitucionalidade, cujo quórum é qualificado;
- (E) não há óbice a que isto ocorra, considerando o direito constitucional à fruição de férias, devendo ser remarçadas as sessões em que o quórum de instalação seja comprometido.

34

Maria, juíza de Direito de entrância inicial no Estado do Rio Grande do Norte, obteve informações de que o órgão do qual era titular estava situado em Comarca que provavelmente teria sua entrância reclassificada para intermediária nos próximos meses.

À luz dessas informações, Maria concluiu, corretamente, que a referida reclassificação:

- (A) não afetará a sua situação funcional e remuneratória;
- (B) importará na alteração de sua situação funcional, mas não na situação remuneratória;
- (C) importará na alteração de sua situação remuneratória, mas não na situação funcional;
- (D) acarretará a necessária reclassificação do seu cargo, com os consectários daí decorrentes;
- (E) importará na colocação de Maria em disponibilidade, sendo-lhe assegurada preferência no próximo concurso de remoção.

35

João, que figura como parte em um processo que tramita na segunda instância do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi informado por seu advogado que possivelmente haveria uma solução para o seu caso nos próximos meses, considerando que o órgão competente do Tribunal de Justiça iria julgar a uniformização de jurisprudência em razão de divergência entre Câmaras Cíveis.

O órgão competente a que se referiu o advogado é o(a):

- (A) Seção Cível;
- (B) Tribunal Pleno;
- (C) Câmara Reunida;
- (D) Grupo de Câmaras;
- (E) Conselho da Magistratura.

36

Inês, ao tomar posse como deputada estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, buscou se inteirar a respeito da posição dos denominados “Gabinetes Parlamentares” na estrutura orgânica da Assembleia Legislativa.

Ao fim de suas reflexões, tomando por base a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, concluiu, corretamente, que são:

- (A) órgãos administrativos, destituídos de personalidade jurídica, hierarquicamente subordinados, no plano administrativo, à Mesa Diretora, e totalmente autônomos no plano funcional;
- (B) unidades autônomas em relação à estrutura administrativa da Assembleia Legislativa e que podem funcionar de forma descentralizada, por meio de unidades regulamentadas por Resolução;
- (C) órgãos administrativos, fruto da desconcentração administrativa, que não podem atuar de forma descentralizada, tendo plena autonomia funcional, ressalvada apenas a disciplina partidária;
- (D) unidades autônomas entre si, caracterizando uma forma de descentralização administrativa, administrativamente subordinadas à disciplina partidária, destinadas a assegurar o exercício da atividade político-parlamentar do deputado estadual;
- (E) entes personalizados no plano administrativo, administrativa e funcionalmente autônomos em relação à Mesa Diretora, constituindo-se como extensão do mandato do parlamentar, dotados de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

37

O Partido Político Alfa solicitou que sua assessoria analisasse, à luz da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, as competências do Tribunal de Justiça (TJRN) em sede de controle concentrado de constitucionalidade, bem como a legitimidade de Alfa para deflagrá-lo, quando a ação tenha por objeto lei estadual.

A assessoria respondeu, corretamente, que, entre outras ações, o TJRN deve processar e julgar a:

- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Estadual, na forma da lei, e Alfa somente pode ajuizá-la se tiver representação na Assembleia Legislativa;
- (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Estadual, na forma da lei, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (C) ação declaratória de constitucionalidade, tendo a Constituição Estadual como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (D) ação direta de inconstitucionalidade, tendo apenas a Constituição Estadual como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa ou em Câmara Municipal;
- (E) ação direta de inconstitucionalidade, tendo a Constituição Estadual ou, em alguns casos, a Constituição da República de 1988, como paradigma, e Alfa pode ajuizá-la se tiver representação em uma das Casas do Congresso Nacional ou na Assembleia Legislativa.

38

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi cedida para outra estrutura estatal de poder com estrita observância da sistemática legal. Cerca de dez anos depois, Joana retornou ao Poder Judiciário.

Após retornar, Joana se inteirou sobre a possibilidade de aproveitar as qualificações adquiridas durante o período de cessão, que se mostrassem harmônicas com os requisitos do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, Joana concluiu, corretamente, que:

- (A) não pode aproveitar as qualificações;
- (B) pode aproveitar as qualificações até o limite de um padrão de progressão;
- (C) somente pode aproveitar as qualificações ratificadas pela Comissão de Desempenho;
- (D) pode aproveitar as qualificações até o limite de três padrões para fins de promoção;
- (E) pode aproveitar as qualificações até o limite de dois padrões para fins de migração.

39

Maria, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, foi incumbida, pelo seu superior hierárquico, de elaborar uma análise a respeito das consequências da vacância do cargo de presidente do Tribunal, caso esta vacância ocorra até noventa dias do início do respectivo mandato.

Ao fim de sua análise, Maria concluiu, corretamente, à luz do Regimento Interno, que assumirá:

- (A) o corregedor-geral da Justiça, que ocupará o cargo pelo tempo que restar do mandato respectivo;
- (B) interinamente o vice-presidente, procedendo-se a nova eleição para presidente, no prazo de dez dias, a contar da vacância;
- (C) o vice-presidente, que completará o período de mandato, e o corregedor-geral sucederá o vice-presidente, procedendo-se, no prazo de trinta dias, a contar da vacância, à eleição do novo corregedor-geral;
- (D) o vice-presidente, que completará o período de mandato, e o desembargador mais antigo sucederá o vice-presidente, procedendo-se, no prazo de dez dias, a contar da vacância, à eleição do novo vice-presidente;
- (E) interinamente o vice-presidente, procedendo-se ao referendo do seu nome junto ao Tribunal Pleno, e, caso não seja mantido como presidente, realizar-se-á nova eleição para este cargo no prazo de trinta dias, a contar da vacância.

40

Determinado deputado estadual, em atuação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, foi demandado em ação popular, em razão da prática de atos alegadamente lesivos ao patrimônio público, que decorreriam diretamente do exercício da atividade parlamentar.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, abstraindo-se os atos regulamentares, é correto afirmar que o referido deputado estadual:

- (A) tem o direito subjetivo público de ser defendido pela Procuradoria-Geral do Estado;
- (B) deve assumir a própria defesa, considerando a natureza da ação ajuizada, que contrapõe o interesse público ao privado;
- (C) deve indicar se almeja ser defendido pela Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa ou pela Procuradoria-Geral do Estado;
- (D) tem o direito subjetivo público de indicar o advogado a ser contratado, observados os balizamentos e os limites de gasto estabelecidos em resolução;
- (E) pode requerer à Mesa que a representação judicial seja feita pela Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa, sem prejuízo das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado.

Conhecimentos Específicos

41

Carlos Eduardo, reincidente, no interior de uma farmácia, atuando de forma dolosa, colocou diversos produtos de higiene pessoal, avaliados em R\$ 500,00 dentro de sua mochila, deixando o estabelecimento comercial sem realizar o devido pagamento. No estacionamento, aproximadamente vinte metros após a entrada da farmácia, Carlos Eduardo foi abordado pelo segurança do local, o qual visualizou, pelas câmeras de segurança do estabelecimento, o ocorrido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Carlos Eduardo:

- (A) não responderá pelo delito de furto simples, considerando a incidência do princípio da insignificância, a afastar a tipicidade material da conduta;
- (B) não responderá pelo delito de furto simples, por força do crime impossível pela impropriedade absoluta do objeto;
- (C) não responderá pelo delito de furto simples, por força do crime impossível pela ineficácia absoluta do meio;
- (D) responderá pelo delito de furto simples consumado;
- (E) responderá pelo delito de furto simples tentado.

42

João é investigado, no bojo de um inquérito policial, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, ambos punidos com reclusão, considerando que a Polícia Civil possui informações de que o agente é integrante de facção criminosa com forte atuação no Município de Natal/RN.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, é correto afirmar que a interceptação telefônica:

- (A) não poderá ser decretada no caso concreto narrado, considerando que a interceptação telefônica somente pode ser deferida no curso de um processo penal já instaurado, em razão da gravidade da medida cautelar e desde que o objeto da persecução penal seja um crime hediondo;
- (B) poderá ser decretada de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, desde que haja indícios suficientes de autoria de João na infração penal e a prova não possa ser produzida por outros meios disponíveis;
- (C) poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, desde que haja indícios suficientes de autoria de João na infração penal e a prova não possa ser produzida por outros meios disponíveis;
- (D) poderá ser decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público, desde que haja indícios suficientes de autoria de João na infração penal e a prova não possa ser produzida por outros meios disponíveis;
- (E) não poderá ser decretada no caso concreto narrado, considerando que a interceptação telefônica somente pode ser deferida no curso de um processo penal já instaurado, em razão da gravidade da medida cautelar.

43

Marcos, após ser capturado em flagrante, é denunciado pela suposta prática do crime de roubo. Em juízo, no bojo da audiência de instrução e julgamento, após a vítima prestar as suas declarações – na ausência do réu –, o Ministério Público requereu que se procedesse ao reconhecimento de pessoas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a vítima:

- (A) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento somente gerará a imprestabilidade da prova se restar demonstrado o prejuízo concreto à defesa;
- (B) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento gerará a imprestabilidade da prova;
- (C) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento ensejará a nulidade do processo;
- (D) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará um álbum de fotografias à ofendida, para que esta verifique se reconhece ou não o acusado dentre as pessoas cujas fotos estão inseridas no livro fotográfico;
- (E) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente e perguntará à ofendida se o reconhece.

44

O governador do Estado Alfa ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), tendo por objeto a Lei nº XX/1986, do Município Beta, que proibia a comercialização, no território municipal, de determinado produto, considerado nocivo à saúde, do qual o Estado Alfa era o maior produtor. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a incompatibilidade da Lei nº XX/1986 com a ordem constitucional e, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, realizou a modulação temporal da decisão, de modo que ela somente produziria efeitos doze meses após a publicação do extrato da decisão.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a narrativa acima:

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade;
- (B) apresenta irregularidade em relação ao autor da ADPF;
- (C) apresenta irregularidade em relação ao objeto da ADPF;
- (D) apresenta irregularidade em relação ao quórum de deliberação da modulação temporal;
- (E) apresenta irregularidade em relação ao emprego da eficácia prospectiva na modulação temporal.

45

No ano corrente, a sociedade Delta pagou propina, no montante de cem mil reais, para que Aurimar, analista judiciário de certo Tribunal de Justiça, praticasse, dolosamente, ato irregular a fim de beneficiá-la nos autos de determinado processo.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que a responsabilização da sociedade Delta:

- (A) por improbidade administrativa independe da caracterização de tal ilícito por Aurimar;
- (B) com base na Lei Anticorrupção, pode ser administrativa ou civil;
- (C) depende da responsabilização dos administradores no âmbito da Lei Anticorrupção;
- (D) submete-se apenas à Lei de Improbidade Administrativa, que deve prevalecer sobre a Lei Anticorrupção;
- (E) eximirá seus dirigentes de responsabilização, se houver o sancionamento da pessoa jurídica com base na Lei Anticorrupção.

46

Determinado condomínio edilício ajuizou ação de cobrança de cotas condominiais em face do proprietário de uma unidade em débito.

O oficial de justiça incumbido da diligência citatória percebeu que o réu não tinha condições de compreender o ato então realizado, o que foi confirmado por seu filho, ali também presente, que informou que o seu genitor era incapaz e interditado, cabendo a ele, o filho, o exercício da curatela. Desse modo, o ato citatório se efetivou na pessoa do filho e curador do demandado.

No prazo legal, foi protocolizada contestação, mas, tendo o juiz observado que não havia sido anexado aos autos o instrumento de mandato outorgado ao advogado subscritor da peça de bloqueio, suspendeu o feito e determinou a intimação do réu, na pessoa de seu curador, para que juntasse a procuração faltante.

Não obstante, o demandado e o seu curador persistiram na postura inerte, sem que tivesse sido providenciada a regularização da representação processual daquele.

Nesse contexto, deve o juiz:

- (A) manter a suspensão do feito, até que seja regularizada a representação processual do réu;
- (B) determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que este ofereça contestação em favor do réu;
- (C) expedir ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique advogado para patrocinar a defesa do réu;
- (D) considerar o réu revel;
- (E) extinguir o feito sem resolução do mérito.

47

Guilherme, titular de uma Vara Criminal, verificando a existência de requerimento do Ministério Público, no curso de um processo que apura a prática do crime de homicídio qualificado, decretou a prisão preventiva do suposto autor do fato. Dois meses após o cumprimento do mandado de prisão, o juiz, analisando detidamente os autos, entende que a prisão preventiva não mais se justifica.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) não pode, de ofício, revogar a prisão preventiva do acusado, sob pena de ofensa ao sistema acusatório. No entanto, caso o juiz revogue a prisão provisória, de ofício, posterior requerimento do Ministério Público ou da defesa técnica no mesmo sentido tem o condão de sanar o vício existente;
- (B) pode, de ofício, revogar a prisão preventiva do acusado, inexistindo ofensa ao sistema acusatório. Por outro lado, caso surjam novas razões que justifiquem a prisão preventiva, o juiz não poderá decretá-la de ofício, dependendo de requerimento do Ministério Público;
- (C) pode, de ofício, revogar a prisão preventiva do acusado, inexistindo ofensa ao sistema acusatório. Caso surjam novas razões que justifiquem a prisão preventiva, o juiz poderá decretá-la de ofício, mesmo sem qualquer requerimento;
- (D) não pode, de ofício, revogar a prisão preventiva do acusado, sob pena de ofensa ao sistema acusatório. Exige-se, então, requerimento do Ministério Público ou da defesa técnica para que haja a revogação da prisão provisória;
- (E) pode, de ofício e em caráter excepcional, revogar a prisão preventiva do acusado, desde que verifique a inércia do Ministério Público e da defesa técnica.

48

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo, em razão da suposta prática de infração de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais). O juiz, após analisar os autos, rejeitou a denúncia. Ato contínuo, o Ministério Público demonstra contrariedade à decisão.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público impugnará a decisão por meio de:

- (A) embargos infringentes ou de nulidade;
- (B) recurso em sentido estrito;
- (C) recurso de apelação;
- (D) recurso nominado;
- (E) habeas corpus.

49

Em razão de notória inimizade com Marleci, Cleverson, autoridade administrativa competente para conceder determinado ato administrativo vinculado, ficou muito feliz em indeferir pedido por ela realizado. A respectiva negativa foi textualmente motivada de forma clara, explícita e congruente, com a indicação dos documentos que Marleci deixou de juntar para lograr o deferimento do ato, que realmente eram necessários e não foram apresentados, mas ela está convicta de que Cleverson praticou o ato motivado por vingança.

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que o indeferimento do ato em questão:

- (A) está eivado de desvio de finalidade, que resulta da contaminação do móvel, correspondente à satisfação de Cleverson pela negativa;
- (B) está eivado de excesso de poder, na medida em que Cleverson possui notória inimizade com Marleci;
- (C) está eivado de vício insanável quanto ao motivo, que se confunde com o móvel na situação descrita;
- (D) não possui vício, na medida em que não há necessidade de motivar o indeferimento de ato vinculado;
- (E) não possui vício, considerando que o móvel não interferiu no motivo nem na motivação necessária e adequada para tal negativa.

50

Um grupo de oficiais de justiça do Estado Alfa formulou requerimento ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando que se procedesse ao recálculo de determinada gratificação, pois, a seu ver, o pagamento estava sendo realizado de maneira incorreta. Em razão do indeferimento do que fora requerido, decidiram impetrar mandado de segurança, tendo o Tribunal Pleno competência para processá-lo e julgá-lo. A decisão proferida pelo colegiado, denegatória, era, ao ver dos impetrantes, manifestamente contrária à Constituição da República de 1988.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que, preenchidos os demais requisitos exigidos, é cabível a interposição de:

- (A) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (B) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (C) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (D) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (E) reclamação, a ser processada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

51

Ana, João e Maria, deputados federais, integravam uma comissão parlamentar de inquérito instaurada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, cujo objetivo era apurar o desvio de recursos públicos no âmbito do Gabinete da Casa Civil, que geria as despesas do chefe do Poder Executivo. Na reunião inaugural, Ana requereu a convocação do governador do Estado Alfa para prestar depoimento a respeito das despesas públicas realizadas em seu gabinete; João, a quebra do sigilo bancário e fiscal dos servidores do Gabinete da Casa Civil; e, Maria, a interceptação telefônica de dois servidores em particular, considerando a existência de evidências de que eram os operadores do esquema.

Considerando o teor dos requerimentos formulados por Ana, João e Maria, é correto afirmar que:

- (A) somente os de Ana e João são compatíveis com a ordem constitucional;
- (B) somente os de Ana e Maria são compatíveis com a ordem constitucional;
- (C) somente o de Maria é compatível com a ordem constitucional;
- (D) somente o de João é compatível com a ordem constitucional;
- (E) todos são compatíveis com a ordem constitucional.

52

Intentada ação por meio da qual o autor pleiteava a condenação do fiador de determinada obrigação a cumpri-la, o réu, depois de validamente citado, pretende que a sua afiançada, uma pessoa jurídica, passe também a integrar o polo passivo do processo.

Para tanto, caberá ao réu se valer do(a):

- (A) chamamento ao processo, devendo a citação da afiançada ser requerida na peça de contestação;
- (B) chamamento ao processo, devendo a citação da afiançada ser requerida numa peça autônoma, em até três dias após o oferecimento da contestação;
- (C) denúncia da lide, devendo a citação da afiançada ser requerida na peça de contestação;
- (D) denúncia da lide, devendo a citação da afiançada ser requerida numa peça autônoma, em até três dias após o oferecimento da contestação;
- (E) desconsideração da personalidade jurídica, devendo a citação da afiançada ser requerida na contestação.

53

Dexter ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consistente em emprego de arma de fogo, determinou que os passageiros lhe entregassem os seus bens. Nesse contexto, três diferentes passageiros, sem qualquer vínculo entre si, entregaram os seus telefones celulares ao autor do delito, o qual, ato contínuo, evadiu-se.

Nesse cenário, considerando o disposto no Código Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Dexter responderá pela prática de:

- (A) três crimes de roubo, qualificados pelo emprego de arma de fogo, em continuidade delitiva;
- (B) três crimes de roubo, circunstanciados pelo emprego de arma de fogo, em concurso material;
- (C) três crimes de roubo, circunstanciados pelo emprego de arma de fogo, em concurso formal;
- (D) um crime de roubo, circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- (E) um crime de roubo, qualificado pelo emprego de arma de fogo.

54

Josefina é oficiala de justiça do TJRN e elabora certidões belíssimas quando cumpre as diligências. As certidões, de tão detalhadas e bem escritas, começam a ser copiadas por seus colegas, que passam a utilizá-las como modelo.

Ao notar esse movimento, Josefina processa os colegas oficiais de justiça, reclamando seus direitos autorais sobre os textos de suas certidões.

Nesse caso, Josefina:

- (A) faz jus aos direitos morais e patrimoniais de autor;
- (B) não tem qualquer direito sobre o texto de ato oficial que praticou;
- (C) faz jus aos direitos patrimoniais, mas não morais;
- (D) faz jus aos direitos morais, mas não patrimoniais;
- (E) embora não faça jus a direitos autorais (nem morais, nem patrimoniais) pode exigir que a utilização como modelo somente ocorra sob a sua autorização.

55

O Juízo de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Natal proferiu a seguinte decisão:

“DEFIRO a busca e apreensão do veículo descrito na inicial. Cumpra-se por Oficial de Justiça que deverá proceder à retirada das pertencas encontradas no veículo.”

Nesse caso, poderá(ão) ser objeto de busca e apreensão:

- (A) as caixas de som e alto-falantes colocados na mala para aumentar a potência de sonorização;
- (B) acelerador e freio manuais para adaptação do veículo a deficientes físicos;
- (C) aparelho de monitoramento por satélite;
- (D) rodas de liga leve e pneus especiais;
- (E) dispositivo de travamento por segurança em caso de roubo ou furto.

56

Um paciente propôs uma demanda indenizatória em face do hospital que o atendera em uma cirurgia. Sustentou que a prova do fato constitutivo de seu direito podia ser obtida com a juntada do prontuário médico, que se encontrava no poder do réu, que revelava o erro médico ocorrido durante o procedimento cirúrgico a que foi submetido. Em decisão de organização e saneamento do processo, o juiz não definiu a quem cabia o referido ônus probatório. Após a regular instrução do feito, sem a juntada do prontuário médico, foi prolatada a sentença, quando o juiz, em decisão motivada, aplicou a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova e condenou o réu na forma do pedido, por entender que cabia a este a prova de que tudo correria na normalidade durante o procedimento médico alegado.

Nesse cenário, a sentença é:

- (A) nula, por violação ao princípio do contraditório;
- (B) nula, pois é vedado ao juiz distribuir de forma diversa o ônus da prova;
- (C) válida, pois cabe ao réu a prova do fato constitutivo de seu direito;
- (D) válida, pois é possível na sentença a inversão judicial do ônus da prova;
- (E) válida, pois houve confissão do fato ao não ser acostado aos autos o prontuário médico.

57

João, em cumprimento de pena privativa de liberdade, por força de condenação pelo crime de homicídio, pratica fato previsto como crime doloso, gravado pelas câmeras de segurança do estabelecimento prisional.

Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- (A) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, desde que se demonstre que o fato ocasionou a subversão da ordem ou disciplina interna e que o condenado representa alto risco para a segurança do estabelecimento;
- (B) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ou a abertura de processo administrativo disciplinar, considerando a certeza proveniente da gravação das câmeras de segurança;
- (C) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando o exercício do contraditório e da ampla defesa, em processo administrativo disciplinar;
- (D) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é imprescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- (E) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

58

Caio ajuizou em face de Tício ação de reintegração de posse do imóvel situado em área abrangida pela Comarca de Mossoró, tendo distribuído a sua petição inicial a um juízo cível da Comarca de Natal, onde ambas as partes tinham domicílio.

Regularmente citado, Tício ofertou a sua contestação, na qual deduziu argumentos defensivos exclusivamente afetos à seara meritória.

Somente depois da intimação de ambas as partes para que indicassem os meios de prova que pretendiam produzir, Tício, em uma petição autônoma, suscitou o vício da incompetência do foro correspondente à Comarca de Natal, requerendo o declínio da competência em favor de um dos juízos cíveis da Comarca de Mossoró.

Nesse cenário, deve o juiz:

- (A) rejeitar a alegação, já que o foro correspondente à Comarca de Natal é o competente para a causa;
- (B) rejeitar a alegação, já que, sendo a incompetência relativa, deveria o réu tê-la suscitado como preliminar na contestação;
- (C) rejeitar a alegação, já que a incompetência absoluta ficou configurada, mas só poderia ter sido suscitada como preliminar na contestação;
- (D) acolher a alegação, já que a incompetência relativa ficou configurada e pode ser suscitada em qualquer tempo e grau de jurisdição;
- (E) acolher a alegação, já que a incompetência absoluta ficou configurada e pode ser suscitada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

59

João, pessoa humilde e analfabeta, com 70 anos de idade, residente em zona rural, acabou por danificar, no exercício de suas atividades diuturnas pessoais, floresta considerada de preservação permanente. Ao ser ouvido, em juízo, o réu narrou que não sabia que a sua conduta era penalmente ilícita, considerando que sempre morou no campo e que o seu sustento sempre esteve ligado à fauna e à flora locais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que NÃO há crime, em razão do:

- (A) erro de proibição direto, excluindo-se a culpabilidade;
- (B) erro de proibição indireto, excluindo-se a ilicitude;
- (C) erro de tipo permissivo, excluindo-se a tipicidade;
- (D) erro de permissão, excluindo-se a tipicidade;
- (E) erro mandamental, excluindo-se a ilicitude.

60

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, imputando-lhe a prática do crime inculcado no Art. 168 do Código Penal. A peça acusatória foi recebida e o juízo determinou a citação do acusado.

Esgotadas as tentativas de citação pessoal, procedeu-se à citação por edital. O acusado não compareceu, tampouco constituiu advogado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que haverá:

- (A) a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. O processo não tramitará e a prescrição não voltará a fluir enquanto o acusado não for encontrado, sob pena de cerceamento de defesa. Pode o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos e pressupostos exigidos por lei;
- (B) a suspensão do processo, sem a suspensão ou interrupção do curso do prazo prescricional, o que dá ensejo ao fenômeno denominado pela doutrina de “crise das instâncias”. Pode o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos e pressupostos exigidos por lei;
- (C) a suspensão do processo e a interrupção do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada da prova oral, para evitar o esquecimento e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos e pressupostos exigidos por lei;
- (D) a suspensão do processo e a interrupção do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos e pressupostos exigidos por lei;
- (E) a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos e pressupostos exigidos por lei.

61

Após a Constituição da República de 1988, Júlio foi aprovado em concurso público para desempenhar serviços notariais e de registro, mas, posteriormente, foi removido para outra serventia sem a realização de novo certame, a violar frontalmente o disposto no Art. 236, §3º, da CRFB/1988.

Passados mais de cinco anos da mencionada remoção, foi verificada a flagrante inconstitucionalidade da situação de Júlio, sendo correto afirmar, em sede de controle administrativo, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que:

- (A) o dever de invalidar a remoção de Júlio está fulminado pela decadência, na medida em que transcorrido o prazo de cinco anos para tanto;
- (B) o dever de invalidar a remoção de Júlio está fulminado pela decadência, na medida em que transcorrido o prazo de três anos para tanto;
- (C) não se operou a prescrição nem a decadência para a invalidação da remoção de Júlio, diante da flagrante inconstitucionalidade de tal provimento;
- (D) a pretensão de invalidar a remoção de Júlio está prescrita, na medida em que transcorrido o prazo de cinco anos para tanto;
- (E) a pretensão de invalidar a remoção de Júlio está prescrita, na medida em que transcorrido o prazo de três anos para tanto.

62

Havendo a alienação do objeto litigioso pelo réu, no curso do processo, e a parte autora não admitindo o ingresso do adquirente em juízo, é correto afirmar que:

- (A) o réu permanecerá em juízo, na qualidade de sucessor processual;
- (B) o réu permanecerá em juízo, na qualidade de substituto processual;
- (C) o réu será substituído pelo adquirente em juízo, pois independe da vontade do autor;
- (D) o processo será extinto, sem resolução do mérito, pela ilegitimidade passiva;
- (E) o processo será extinto, com resolução do mérito, pela procedência do pedido.

63

O setor de inteligência da Polícia Civil toma conhecimento, por meio de denúncia anônima, de que uma organização criminosa, especializada na prática de roubos a instituições financeiras, planeja executar um novo crime, no banco localizado à rua XYZ, no dia 14/04/2023. Nesse contexto, a Polícia Civil e a Polícia Militar, na data dos fatos, deslocam uma série de viaturas e policiais descaracterizados para as adjacências do banco.

Após o início da prática delitiva por três pessoas, os agentes policiais entram em ação e logram êxito em capturá-los em flagrante.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, bem como as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que restou caracterizado o flagrante:

- (A) presumido;
- (B) provocado;
- (C) impróprio;
- (D) esperado;
- (E) forjado.

64

Em processos de execução, o oficial de justiça deve conhecer os conceitos de direito civil para cumprir algumas diligências.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) embora o contrato de conta conjunta pressuponha a solidariedade ativa e passiva dos correntistas (entre si e perante a instituição financeira), presume-se, na falta de prova específica, que cada depositante é titular de apenas metade do valor depositado;
- (B) a multipropriedade imobiliária, em que cada proprietário é titular de uma fração de tempo, se diferencia substancialmente do condomínio cível, razão pela qual as normas deste não são aplicáveis, nem supletivamente, àquela;
- (C) na alienação fiduciária em garantia, durante a vigência do contrato que a institui, o único direito do fiduciante sobre o bem é o de posse, com todas as faculdades a ela inerentes;
- (D) o direito de laje se classifica como direito real sobre coisa alheia, até porque não tem autonomia em relação à construção-base ou mesmo matrícula própria;
- (E) no regime da separação legal de bens, não se cogita de meação dos aquestos.

65

O órgão do Ministério Público dotado de atribuição intentou ação em que pleiteava a declaração de nulidade de um determinado casamento.

Apreciando a petição inicial, constatou o juiz que o órgão ministerial havia incluído no polo passivo da demanda apenas um dos cônjuges, tendo se omitido quanto ao outro.

É correto afirmar, nesse quadro, que:

- (A) há um litisconsórcio passivo facultativo e unitário;
- (B) há um litisconsórcio passivo facultativo e simples;
- (C) há um litisconsórcio passivo necessário e unitário;
- (D) há um litisconsórcio passivo necessário e simples;
- (E) não há litisconsórcio passivo, qualquer que seja a sua modalidade.

66

Confirmam-se os seguintes dispositivos do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 113 do Código Civil: Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

(...)

III - corresponder à boa-fé;

Art. 940 do Código Civil: Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

Art. 42, § único do Código de Defesa do Consumidor: O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

As três normas destacadas passam, ainda que indiretamente, pela aferição da boa-fé, que pode ser compreendida em seu aspecto objetivo ou subjetivo.

À luz da orientação jurisprudencial acerca desses dispositivos, é correto afirmar que o aspecto abordado em cada dispositivo é, respectivamente:

- (A) objetivo, objetivo, objetivo;
- (B) objetivo, subjetivo, objetivo;
- (C) subjetivo, objetivo, subjetivo;
- (D) subjetivo, subjetivo, objetivo;
- (E) objetivo, subjetivo, subjetivo.

67

O credor, após o oferecimento da impugnação pelo devedor, arguindo a ilegitimidade daquele para a fase executiva, peticiona nos autos requerendo a desistência de todo o cumprimento de sentença.

Nesse cenário, o juiz deverá:

- (A) extinguir a impugnação, desde que haja concordância do devedor;
- (B) extinguir a impugnação, sem a prévia concordância do devedor;
- (C) prosseguir com a impugnação e enfrentar o mérito da fase executiva;
- (D) reconhecer a desistência do feito como renúncia ao direito de crédito;
- (E) intimar o devedor para que se manifeste sobre o requerimento do credor.

68

Janice é agente da contratação de certo órgão estadual que, no exercício de suas atribuições, foi consultada acerca da necessidade de realização de uma licitação para cada contratação relativa à compra de materiais de escritório que são constantemente adquiridos para o regular funcionamento da atividade administrativa, tais como papel, caneta, cartucho de impressora, dentre outros, ou se há na Lei nº 14.133/2021 procedimento que possa instrumentalizar contratações futuras, sem a realização de novo certame a cada contrato, considerando que existem diversos fornecedores interessados no objeto da avença.

Diante da aludida situação hipotética, Janice deveria afirmar que:

- (A) poderia ser utilizado o registro cadastral, que importa na viabilidade de realizar tantas contratações diretas por dispensa de licitação por valor quanto forem necessárias, durante o prazo de validade do respectivo registro;
- (B) poderia ser realizado o credenciamento de alguns dos fornecedores interessados que apresentassem o melhor preço para os produtos almejados, a fim de viabilizar futuras contratações diretas por inexigibilidade;
- (C) poderiam ser realizadas tantas contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor quanto necessárias, pois o somatório do que for despendido no exercício financeiro pelo órgão não interfere em tal situação;
- (D) poderia ser utilizado o sistema de registro de preços, mediante a realização de licitação na modalidade pregão ou concorrência, a fim de viabilizar as contratações futuras almejadas, durante o prazo de validade da respectiva ata de registro de preços;
- (E) é imprescindível a realização de um pregão para viabilizar cada uma das contratações, pois não há instrumento na lei que viabilize contratações futuras após a adoção dos procedimentos pertinentes.

69

Joana, residente e domiciliada em Niterói/RJ, interessada na aquisição de uma raquete de tênis, encontra, nas redes sociais, a propaganda da sociedade empresária XYZ, localizada em Natal/RN. Joana fica muito interessada, considerando o desconto oferecido pela entidade para a compra de uma raquete de tênis da última geração. Dessa forma, Joana, em março de 2023, acaba por realizar uma transferência bancária para uma conta com registro em agência situada em Porto Alegre/RS. Posteriormente, a particular percebe que foi vítima de um crime de estelionato.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a competência para o processo e julgamento do crime de estelionato é de uma das Varas Criminais de:

- (A) Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ ou Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária;
- (B) Niterói/RJ, local do domicílio da vítima, ou Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ;
- (C) Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária;
- (D) Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ;
- (E) Niterói/RJ, local do domicílio da vítima.

70

Maria, estudante de direito, questionou sua professora de direito constitucional a respeito da existência de uma possível precedência condicionada entre as medidas passíveis de serem decretadas para a defesa do Estado e das instituições democráticas.

A professora de Maria respondeu, corretamente, que a referida precedência:

- (A) não existe em hipótese alguma;
- (B) sempre existe em relação ao estado de sítio e ao estado de defesa, de modo que este último, em hipótese alguma, pode ser decretado sem que aquele tenha se mostrado ineficaz;
- (C) pode existir em relação ao estado de defesa e ao estado de sítio, de modo que este último, em algumas situações, somente pode ser decretado com a ineficácia de medida tomada naquele;
- (D) pode existir em relação ao estado de calamidade pública e ao estado de defesa, de modo que este último, em algumas situações, somente pode ser decretado com a ineficácia de medida tomada naquele;
- (E) sempre existe em relação ao estado de calamidade pública, ao estado de defesa e ao estado de sítio, de modo que a decretação da medida subsequente está condicionada à ineficácia da medida antecedente.

Discursivas

1

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ofereceu denúncia em face de Caio, maior, capaz e, na data dos fatos, com 30 anos de idade, pela suposta prática do crime de estelionato perpetrado contra um particular. A denúncia foi oferecida no dia 20/12/2019. Em seguida, no dia 08/01/2020, houve o recebimento da denúncia pelo juízo competente. A Defensoria Pública, responsável pela defesa técnica de Caio, ao apresentar resposta à acusação, afirmou que o processo não poderia prosseguir, ante a ausência de representação da vítima. Nada obstante, o juiz afastou a tese ventilada pela defesa e deu prosseguimento à persecução penal.

Considerando o caso concreto apresentado e tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, disserte sobre a) a aplicação da lei processual, genuína e híbrida, no tempo; b) a natureza da ação penal no crime de estelionato; c) o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (em especial da 1ª Turma) e do Superior Tribunal de Justiça quanto à possibilidade de retroatividade da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), no ponto em que promoveu a alteração da natureza da ação penal no crime de estelionato. Contextualize a resposta com o caso concreto apresentado.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

João ajuizou ação de ressarcimento por danos morais em face de Maria, sua ex-companheira, na qual alegou ter sofrido tais danos em decorrência de xingamentos publicados pela requerida em rede social, com grande quantidade de seguidores, pleiteando a quantia de R\$ 5.000,00. Na petição inicial, o autor manifestou interesse na realização de audiência de conciliação, que foi designada, mas a parte ré, sem qualquer justificativa e apesar de intimada, não compareceu e seu advogado também não. Na peça de defesa, a requerida informa que não deseja a realização da audiência de conciliação. Suscitou preliminar de falta de interesse de agir, pois o próprio autor tinha feito comentários semelhantes, na mesma rede social. No mérito, defendeu que agiu na guarida do seu direito de livre manifestação. Três dias depois de apresentar a contestação, a requerida apresentou reconvenção, que foi recebida pelo juízo, já que tempestiva. Na sentença, o juiz condenou a ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 500,00, bem como fixou honorários advocatícios em favor do patrono do autor no montante de 10% do valor da condenação. Também julgou improcedente a reconvenção.

Considerando o caso hipotético, responda:

- a) Há alguma consequência legal para o não comparecimento da parte ré na audiência de conciliação?
- b) Em quais hipóteses, no curso do procedimento comum, a audiência de conciliação não deve ser designada?
- c) A preliminar de falta de interesse de agir deveria ser acolhida? Por quê?
- d) A reconvenção deveria ser recebida? Por quê?
- e) Foi correta a fixação da verba sucumbencial na sentença?

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO – Questão 1 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

RASCUNHO – Questão 2 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

Realização

